

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O DIREITO À CIDADE

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira¹

Resumo: Procurando fazer a interface da pesquisa desenvolvida no curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Uberlândia, com a prática em sala de aula, elaborei o projeto intitulado, “Os Lugares de Memória: para além das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural”. Fui motivada pelo interesse em compreender que significados possuem os remanescentes do passado e as “referências da memória” quanto aos bens “consagrados” e “não-consagrados” da cidade. Pretendo discutir as ações voltadas para a educação patrimonial adotadas pela administração municipal, pois pensamos que é na escola que se forma o cidadão consciente, participativo e crítico. Conforme nos diz Ricardo Oriá, nos últimos anos tem-se discutido a importância da educação ambiental, no entanto, “a grande maioria dos programas de educação ambiental têm sido omissos no tocante à dimensão cultural do meio ambiente, no qual se inclui, necessariamente, a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico. O autor chama a atenção para o valor do nosso patrimônio histórico “como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. Somente o conhecimento da cultura, em suas múltiplas dimensões, daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente ao processo de escolarização”.

Palavras-chave: educação patrimonial, ensino, cidadania.

PATRIMONIAL EDUCATION AND THE RIGHTS TO CITY

Abstract: Looking to the interface of research developed in the course of Ph.D. in History of the Universidade Federal de Uberlândia, with the practice in the classroom, I prepared the project entitled, "The Places of Memory: besides the public policy of preserving the historical and cultural heritage ". I was motivated by interest in understanding meanings that have the remnants of the past and "references of memory" on the property "devoted" and "not-devoted" in the city. I want to discuss the actions directed to the education method adopted by the city administration, because we think it is at school that is developed a citizen conscious, participative and critical. As says Ricardo Oriá, in recent years has been discussed the importance of environmental education, however, "the vast majority of environmental education programs have been silent regarding the cultural dimension of the environment, which includes, necessarily, the discussion on the preservation of historical heritage. The author draws attention to the value of our heritage "as a way to build a national identity, based in the plurality of our roots and ethnics sources. Only considering the culture, in its many dimensions, would be able to Brazil take part in the concert of nations and that work should get start along with the process of schooling.

Keywords: Education Property, Education, Citizenship.

¹ Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia/MG e professora da Faculdade Católica de Uberlândia.

“Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam.”

Sandra Jatahy Pesavento-2007

Pesquisar o processo urbano uberlandense nas últimas décadas. Tarefa difícil se considerarmos a complexa rede de relações que orientam o cotidiano dos sujeitos sociais que se apropriam de seus espaços diariamente e neles reinventam novas formas de viver, trabalhar, ou, até mesmo, morar. Espaços que se constituem em uma multiplicidade de territórios definidos pela atribuição de significados que lhes é imposta e que resulta em uma cidade “*sensível, imaginária, que é construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível*”.²

Espaços que se tornam um “lugar comum”³, e que ao mesmo tempo em que são partilhados fisicamente também são considerados símbolo da participação em uma comunidade urbana. Cada ator social procura controlá-los conforme seus interesses próprios, mas, sem deixar de vivê-los como espaços de confronto, de contato, de mistura.

Os estudos historiográficos produzidos sobre Uberlândia nos revelam um cenário cuja abordagem sobre o “fenômeno urbano” não se preocupa apenas em compreender os processos econômicos e sociais que ocorreram na cidade, mas também com as representações que se constroem sobre ela por meio do imaginário popular.

Localizada no Triângulo Mineiro, a cidade de Uberlândia é, segundo Beatriz Ribeiro Soares, um dos mais importantes centros regionais de Minas Gerais. “Sua economia

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, (53) jan.-jun., 2007, p. 14.

³ MONNET, Jérôme. *O Alibi do patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia do Passado*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Nacional, 2002, p. 127.

desenvolve, com expressiva modernização, as fases do ciclo econômico- produção, distribuição e consumo-, estabelecendo um intercâmbio comercial de acentuada influência sobre outras áreas e demais municípios do Triângulo Mineiro.”⁴

A cidade se constitui em um centro eminentemente urbano cujas condições político-econômicas forjaram o desenvolvimento de uma estrutura urbana compartimentada, expressa na divisão social do espaço. A forma resultante deste processo é o congestionamento do núcleo central, a expansão das periferias, que abrigam diferentes atividades e usos do solo, que, ao longo do tempo, vem transformando o espaço da cidade.⁵ O seu desenvolvimento urbano ocorre de maneira semelhante ao da maioria das cidades. A população cresce em um ritmo acelerado cuja consequência é uma qualidade de vida baixa devido à precária infraestrutura que não atende a população de modo abrangente. À medida que ocorre esse processo de urbanização, começam a surgir habitações improvisadas nos bairros periféricos, consequência do aumento da pobreza e do desemprego, fator que influencia na expansão de atividades informais cujos agentes tendem a se instalar em locais como o centro da cidade, procurando o contato com as pessoas que por ali transitam e que são considerados como possíveis clientes.

A partir de 1980, essa aceleração do crescimento populacional que, segundo dados do IBGE⁶ - de uma população de 111.466 habitantes residentes na zona urbana em 1970, Uberlândia passa a abrigar, em 1991, uma população urbana de 357.830 habitantes - algumas contradições na cidade como a área urbana central congestionada em vários aspectos, surgimentos de grandes conjuntos habitacionais na periferia separados do centro por inúmeros vazios criados pela especulação imobiliária, além de uma expansão horizontal muito acelerada, tornam-se evidentes. Nosso interesse consiste em compreender as transformações em curso na área central de Uberlândia, suas relações com os sujeitos sociais que dela fazem uso e a partir de que momento surgiu uma preocupação com a organização do espaço urbano por meio dos planos urbanísticos. Além disso, procuramos investigar em que bases se desenvolveram as discussões relativas à preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Para compreender esse processo, o trabalho com as fontes históricas é fundamental e suas escolhas não dependem apenas dos objetivos da pesquisa, mas da delimitação e recortes

⁴ SOARES, Beatriz Ribeiro Soares. Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado. Dept. de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1988, p. 04.

⁵ SOARES, Beatriz Ribeiro. op. cit., p. 04.

⁶ IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados fornecidos pelo censo de 2003.

efetuados tendo em vista a problemática a ser desenvolvida. Nesse sentido, procurei me orientar pelas leituras realizadas no decorrer do curso de Doutorado, as quais me levaram a questionar o documento com senso crítico, considerando sua origem e sua ligação com a sociedade que o produziu.

Inicialmente, a opção foi organizar uma cronologia que contribuísse para a percepção da relação existente entre o desenvolvimento urbano e a implementação de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio histórico principalmente no contexto nacional. A delimitação da pesquisa compreende o período que vai da elaboração do Plano de urbanização da cidade de Uberlândia (Otávio Roscoe), em 1954, pelo Departamento Geográfico Estadual - o qual previa a construção das novas estações ferroviária e rodoviária, além dos Centros Cívico e Administrativo - perpassando pela década de 1980, quando ocorre a criação da Secretária Municipal de Cultura na administração do Prefeito Virgílio Galassi, e 1990, década em que ocorre a promulgação da Lei Estadual 12.040/1995 (primeira Lei “Robin Hood”)⁷ Com essa cronologia, iniciei a pesquisa no Jornal O Correio de Uberlândia, sob a guarda do Arquivo Público Municipal, observando a maneira como esse veículo de comunicação tratava a temática “desenvolvimento urbano”, pois, por meio da leitura dos jornais é possível perceber não só a constituição de territórios, mas também a rede de relações que ali se estabelece gerando campos de disputas e conflitos.

Contudo, percebi que, ao discutir a cidade, alguns autores fazem uso não só da literatura e da história, mas também dos discursos políticos, urbanísticos, dentre outros, todos carregados de conceitos aplicáveis ao fenômeno urbano. A infinidade de conceitos utilizados,

⁷ Ver MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM – Brasília, julho/2000. Conforme a autora, para a difusão de políticas de preservação para o nível local, pode ser considerado um marco na história da preservação em Minas Gerais a decisão de se incluir o patrimônio cultural como um dos critérios para o repasse do ICMS aos municípios, através da Lei Estadual 12040/95, que ficou conhecida como Lei Robin Hood. Para se beneficiarem de maiores repasses do ICMS, os municípios tiveram que atender a uma norma estrategicamente concebida pelo IEPHA que, a princípio, foi de fácil cumprimento, para, nos anos subsequentes, ir sendo gradualmente aprofundada, possibilitando um amadurecimento gradativo e monitorado. Vale dizer que os municípios que cumprissem um conjunto gradual de tarefas passavam a receber uma pontuação, traduzida em seguida em índice, que iria se refletir na cota de ICMS a receber do repasse do Estado. O resultado é que conceitos aparentemente sofisticados como o próprio conceito de patrimônio, os conceitos de tombamento, de inventário e de política municipal de proteção estão difundidos de forma consistente em mais de 200 municípios de Minas. Uma linguagem comum, que orienta a identificação de valores locais e que instala a discussão dos critérios de atuação encontra-se largamente implantada. Em termos quantitativos, os dados são muito significativos – 160 Conselhos de Proteção do Patrimônio foram criados por Leis municipais e cerca de 600 bens foram tombados com base em dossiês de tombamento fundamentados. Outros resultados interessantes vieram da Lei: o enriquecimento do banco de dados do IEPHA; a ampliação da preocupação com os acervos documentais, levando à criação de arquivos e museus municipais; a valorização das equipes locais responsáveis por cumprir as metas que garantem a pontuação, muitas delas reforçadas com a contratação de arquitetos restauradores e historiadores, abrindo mercado de trabalho para esses profissionais.

apenas contribui para o trabalho do historiador se, conforme nos diz Reinhart Koselleck,⁸ conseguirmos estabelecer a distinção entre conceito e palavra. Segundo o autor, não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar em um conceito, pois cada uma delas remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. Um conceito relaciona-se sempre a alguma coisa que se quer compreender e se articula a certo contexto sobre o qual pode atuar, tornando-o compreensível.

Em seu livro, *Futuro Passado*, o autor reúne uma série de ensaios. A partir de uma pesquisa multifacetada sobre a noção de tempo histórico, Koselleck expõe a riqueza erudita da história dos conceitos e suas conseqüências quando articulados em termos de uma teoria da história. O tempo é visto como uma construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e o experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como “horizonte de expectativas”.

Koselleck salienta que as fontes do passado “são capazes de nos dar notícia imediata sobre fatos e idéias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si”. É necessário considerar as transformações ocorridas ao longo do tempo e o diferente ritmo de modernização além da associação do tempo histórico à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as conseqüências de suas ações. É necessário salientar que o significado para o conceito de futuro para Koselleck é diferente do que é para nós, pois, diz respeito a um tempo já decorrido, mas, se considerarmos sua afirmação de que se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e virtualmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida, e contextualizá-la ao nosso tempo, perceberemos que existe uma relação com a aceleração da “modernidade” vivida atualmente pelos homens que habitam as cidades.

Alguns conceitos, segundo o autor, são produto da nossa modernidade, como revolução por exemplo. É muito importante não vê-lo como unívoco, pois possui uma grande variação de significados, mas, a partir de 1789 esse conceito cristaliza-se em um coletivo singular, então, podemos dizer que os significados dos conceitos são vários sendo, portanto, necessário saber a partir de que momento eles passam a ser empregados como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica. Koselleck chama a atenção para

⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

outro aspecto: a experiência da aceleração do tempo, a qual que antes se apresentava como sinal da destruição do tempo histórico, “hoje faz parte da nossa experiência cotidiana, graças à explosão demográfica e à capacidade técnica”.

Se relacionarmos a aceleração do tempo à experiência dos cidadãos uberlandenses, veremos que, nas últimas décadas, os seus modos de viver sofreram grandes transformações, pois, precisaram se adaptar às novas tecnologias que não só interferiram no desenvolvimento urbano da cidade, mas, também no seu cotidiano. A cidade que emergia na década de 1960, antes tranqüila, passou a buscar o novo, o moderno, inclusive o padrão das construções civis. Para impor essa nova imagem da modernidade, tornava-se necessário interferir na paisagem onde as construções antigas, que embora tenham se destacado em tempos anteriores, já não correspondiam mais às exigências do progresso. Inicia-se uma série de demolições que são motivo para que os jornais da época fizessem apologia do novo como sinônimo das transformações positivas advindas desse progresso:

Mas Uberlândia progride, e o progresso tem exigências que atentam contra as tradições. A Avenida Floriano Peixoto, a segunda via pública comercialmente falando, não podia permanecer com aquele edifício antiquado ocupando um terreno que se presta para uma construção predial de três andares, como o que lhe está fronteiro. E assim a picareta dos operários conclui a sua demolição quando estas linhas estiverem sendo lidas em letras de forma. Outros prédios semelhantes _poucos embora_ ainda existem pela cidade, inclusive na Avenida Afonso Pena, que foi a pioneira da nossa civilização e que hoje já vai perdendo para outras no aspecto arquitetônico. Parece que teimam em lembrar a fisionomia de antanho, quando não havia calçamento e as lojas não tinham vitrinas nem portas de aço. A seu tempo, porém, terão que sofrer a queda, cumprindo a lei da fatalidade ou da sucessão, que substitui os homens por outros homens, as casas por outras casas, as cidades por outras cidades e até as idéias por outras idéias.⁹

Esse interesse em construir uma cidade moderna faz com que, onde tudo que lembra o velho e o arcaico perca seu valor. Ao analisar o fragmento da notícia acima, percebemos que, assim como para Koselleck, o conceito de modernidade significava para os uberlandenses a emergência de um “tempo novo”, que só ganha sentido a partir do contraste com o tempo anterior, o tempo “velho”, ou ao ser empregado como conceito de época, quando se opõe às definições do período anterior, o qual é, na maioria das vezes, desqualificado.

Contudo, segundo Koselleck, para se chegar à experiência de um novo tempo é necessário recorrer à semântica. Para o autor, a expressão “tempo moderno” pode significar ou a simples constatação de que o ‘agora’ é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a

⁹ Uma demolição. *Correio de Uberlândia*, 15/01/53. p 01.

profundidade desse passado. Neste sentido se forjou a expressão ‘modernus’, que desde então não perdeu o significado de ‘atual’.¹⁰ No entanto, gostaríamos de considerar também a reivindicação qualitativa de novo tempo que pode significar algo inteiramente novo, diferente, ou até mesmo melhor, do que o tempo anterior pois, pensamos que esse conceito é o elemento norteador para os artigos publicados nos jornais uberlandenses.

Percebe-se a intenção da mídia em controlar a memória espacial da cidade incutindo uma imagem de região onde a crise econômica não se estabelecia. Uberlândia era apresentada como a cidade que mais crescia no interior de Minas Gerais. Local atraente para aqueles que se propunham a conquistar novos horizontes por meio de investimentos no comércio ou na indústria:

Os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, talvez estejam mesmo ligados à quantidade de forasteiros que por aqui existe, em geral gente dinâmica, progressista e dotada de força de vontade realmente notável. Uberlândia, a cidade-menina, continua crescendo. Novas ruas surgem onde há pouco era campo. Construções arrojadas. Comércio intensíssimo (o maior do Triângulo e do Brasil-Central), belíssimas vias públicas, notável clima quente durante o dia com rajadas frescas durante a tarde e a noite.¹¹

A imprensa enaltece o processo de industrialização e o considera com um fato concreto, resultado do dinamismo de uma cidade cuja base é o progresso. Este viria para beneficiar a toda população e era, na verdade, resposta aos anseios do próprio “povo”. Mas, hoje, quais as conseqüências desse progresso para a maioria dos cidadãos uberlandenses? Como se organiza o espaço urbano, o qual continua a receber os “forasteiros” que hoje não são mais aclamados como sinônimo de progresso? Tais questões sobre a ocupação do espaço urbano têm despertado o interesse de estudiosos de diversas áreas como a geografia, a história e a sociologia. Em seu livro, *Um historiador fala de teoria e metodologia*, *Ciro Flamarion Cardoso*, reúne uma série de ensaios independentes e diversos entre si, mas cuja preocupação principal consiste na prática teórica e metodológica que norteia o trabalho do historiador e chama sua atenção para o fato de que esse trabalho não consiste apenas a reproduzir conhecimentos, mas enfrentar os autores que seleciona como fonte bibliográfica. Para isso é necessário identificar o autor e seus pressupostos pois, só a partir disso se pode verificar com quem ele dialoga.

Para Cardoso, a história tem um lugar que ele define como real. Ela é construída a partir de um *locus* onde o acontecimento não se explica por si só, pois existe uma estrutura econômica e social responsável pelo seu desencadeamento e tal estrutura é organizativa. É necessário compreender que os acontecimentos são diferenciados e também interpretados de

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 274.

¹¹ Uberlândia: Metrôpole do interior. *Correio de Uberlândia*, 09/07/57, p 02.

maneira diversa, desse modo, o historiador deve estabelecer mediações. Segundo o autor, essas mediações estão sendo deixadas de lado.

No ensaio, *Repensando a construção do espaço*, Cardoso discute dois temas que considera relevantes para as reflexões contemporâneas acerca do conceito de espaço: alguns dos aportes antropológicos; e a incidência das noções sobre mundialização e globalização.

Ao iniciar a discussão desses dois temas, Cardoso embasa sua argumentação no trabalho de André Leroi-Gourhan salientando a importância da domesticação simbólica do tempo e do espaço. Uma domesticação que designa a criação de um espaço e um tempo controláveis, humanizados “na casa” (domus) e partindo da casa.¹² Cardoso estende seu diálogo com outros autores dando destaque para o antropólogo francês Marc Augé, para quem o lugar antropológico define-se como:

A construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição - não importa se central, intermediária ou periférica - no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. Assim definido, proporciona uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu.¹³

No entanto, diferentemente de Augé, Cardoso considera a evidência de que a própria “Modernidade também é criadora de novos lugares antropológicos, além de integrar a si aqueles que o passado pré-moderno criara”.¹⁴ Quanto à definição de um “não-lugar” proposta por Augé, pensamos que certos espaços ao serem apropriados pelos usuários, como a Praça Tubal Vilela, por exemplo, agrega uma rede de relações e sociabilidades que orientam novas práticas e novos modos de viver. Ali as pessoas encontram-se no espaço publicizando¹⁵ as relações sociais. Segundo notícia veiculada no jornal *Correio de Uberlândia*:

O hipercentro de Uberlândia continua abarrotado de vendedores ambulantes, sobretudo nas avenidas Floriano Peixoto, Afonso Pena, João Pessoa e praça Tubal Vilela. Embora a fiscalização da Prefeitura tenha sido intensificada há cerca de um mês, o que se percebe ao caminhar pelas calçadas do Centro é que a situação está longe de ser solucionada. Isso porque não há fiscais e nem estrutura suficientes que consigam conter as artimanhas e as estratégias utilizadas pelos camelôs. A maioria já teve suas mercadorias apreendidas

¹² LEROI-GOURHAN, 1975, apud CARDOSO, 2005. p. 41.

¹³ AUGÉ, 1995, apud CARDOSO, 2005, p. 43.

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 43.

¹⁵ ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistas*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

várias vezes, mas não se intimidam com o fato e acabam retornando para os pontos-de-venda.¹⁶

O medo e o risco fazem parte do cotidiano dos vendedores, mas, são solidários na hora da fuga. Ali tudo se vende, desde plantas medicinais (os raizeiros) a artigos pessoais e alimentícios. Os ambulantes se organizam neste pequeno comércio de rua procurando se instalar na área central da cidade como forma de manter contato com os transeuntes que se constituem em possíveis clientes. Ali, crianças, adolescentes e mendigos reinventam novas formas de viver se apropriando da paisagem urbana como se fizessem parte dela. Ali é possível observar a exposição pública de domesticidades que antes se restringiam ao espaço da casa e que é decorrente da “moradia no espaço público”. Sob esse aspecto então, a Praça não deve ser considerada como um “não-lugar”, mas sim um espaço marcado por territorialidades múltiplas definidas conforme os interesses daqueles que dela se apropriam. Podemos pensar, então, que a ocupação do espaço público diz respeito à sociedade? Se assim for, as propostas de organização do espaço urbano são elaboradas de acordo com os interesses coletivos?

Neste sentido, analisar os planos urbanísticos de 08 de fevereiro de 1954, elaborado pela equipe de Otávio Roscoe, chefe da Divisão de Cartografia e Desenho do Departamento Geográfico Estadual, na administração do Prefeito Tubal Viela; da Lei de uso e ocupação do solo e do Plano de obras de 1988, e do Plano Diretor aprovado em 27 de abril de 1994, na administração do Prefeito Paulo Ferola da Silva, contribuirá para a percepção das diferentes propostas apresentadas em momentos distintos, quais interesses nortearam as discussões e decisões que foram tomadas, e até que ponto foram colocadas em prática. É interessante lembrar que em 1994, a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia assessorada pelo Escritório Jaime Lerner de Planejamento Urbano¹⁷, finalizou a primeira versão em 1991, a qual foi aprovada pela lei complementar 078 de 27 de abril de 1994.

Em relação ao Plano Urbanístico de Otávio Roscoe, poucas informações constam das páginas do jornal *Correio de Uberlândia*. De um período de dois anos foi encontrada apenas uma menção ao referido plano em entrevista concedida ao jornal pelo prefeito, Tubal Vilela, publicada na coluna intitulada “O Rosário do Prefeito”.¹⁸ Já em relação ao Plano de 1994, foi

¹⁶ PMU faz queda-de-braço com camelôs. *Correio de Uberlândia*, 10/08/2006, p. 04.

¹⁷ O arquiteto e planejador urbano Jaime Lerner nasceu em Curitiba, em 1937. Foi prefeito nomeado da capital paranaense por duas vezes e eleito em 1989. Exerceu o cargo de diretor da Escola de Arquitetura de Curitiba e, em 1995, foi consultor de urbanismo da Organização das Nações Unidas. Foi eleito governador do Paraná em 1994 e reeleito em 1998.

¹⁸ *O Rosário do Prefeito*. *Jornal Correio de Uberlândia*, 04/k02/1954, p.p. 10-12.

elaborado uma edição especial para discussão e revisão intitulada “Plano Diretor e Estatuto da Cidade: o novo planejamento urbano tem você na gestão”. Este encarte foi distribuído à população com o objetivo de torná-la participante ativa do processo de reorganização do espaço urbano. Nesta ocasião foi emitido um parecer sobre a versão preliminar do Plano Diretor e do código de urbanismo do município de Uberlândia por uma comissão designada pelo Reitor da UFU, Prof. Antonio Martins da Silva Júnior através da portaria n. 802/91 de 30 de outubro de 1991. Tal parecer emitia críticas em relação à postura autoritária em que o plano foi concebido sendo submetido à sociedade para análise depois de concluído. A crítica consiste no fato de que, mesmo que tenha sido apresentado como versão preliminar, os prazos propostos para discussão e análise são insuficientes e isso demonstra pouca preocupação com o que pensa a grande maioria da sociedade uberlandense.

Estudar os Processos da Câmara Municipal e as leis municipais tem contribuído para a pesquisa pela relação direta que tiveram com a revolução e transformação urbana da cidade. Neles consta parte da documentação, que lhe é anexada e que diz respeito às solicitações dos vários segmentos sociais. Neste caso, levo em conta apenas os projetos de lei que foram aprovados, mas também os rejeitados por me permitem vislumbrar qual a política urbana praticada na cidade e em que grau a comunidade participava das decisões. Da mesma forma, as Leis Orçamentárias nos revelam como se definem os gastos do Município para o ano subsequente, o que norteia o planejamento das obras que se propõe construir.

As atas da Câmara permitem que percebamos de que modo se estabelecem as discussões, como por exemplo, para instalação do distrito industrial ocorrida em 15 de fevereiro de 1954. Nelas também podemos notar os conflitos que se originam dos interesses divergentes dos vereadores, cada um defendendo o seu ponto de vista como o mais importante para a elaboração de políticas que atendam à população.

Procurando fazer a interface da pesquisa desenvolvida no curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Uberlândia, com a prática em sala de aula, elaborei o projeto intitulado, “Os Lugares de Memória: para além das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural”. Fui motivada pelo interesse em compreender que significados possuem os remanescentes do passado e as “referências da memória” quanto aos bens “consagrados” e “não-consagrados” da cidade. Pretendo discutir as ações voltadas para a educação patrimonial adotadas pela administração municipal, pois pensamos que é na escola que se forma o cidadão consciente, participativo e crítico. Conforme nos diz Ricardo Oriá, nos últimos anos tem-se discutido a importância da educação ambiental, no entanto, “a grande

maioria dos programas de educação ambiental têm sido omissos no tocante à dimensão cultural do meio ambiente, no qual se inclui, necessariamente, a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico. O autor chama a atenção para o valor do nosso patrimônio histórico “como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. Somente o conhecimento da cultura, em suas múltiplas dimensões, daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente ao processo de escolarização”

Inicialmente, os estudantes foram divididos em grupos que se encarregaram de pesquisar a história de um bem tombado específico e apresentar o resultado dessa pesquisa para os colegas em sala de aula. Isso foi positivo, uma vez que possibilitou a troca de informações acerca da história da cidade. A metodologia utilizada envolveu o trabalho com imagens, relatos orais e análise de documentos impressos. Como suporte teórico, além dos historiadores que se dedicam à memória como Alessandro Porteli e Pierre Nora, seguimos a orientação proposta por Ecléa Bosi em “O Tempo Vivo da Memória”. Em seu livro, a autora faz uma crítica à História ensinada nas escolas por deixar de lado os aspectos relativos ao cotidiano, aos microcomportamentos, cuja abordagem na Idade Média era denominada de crônicas.

Com a concentração da burguesia nos centros urbanos, a história das cidades se torna uma história política compacta e vai registrar o poder das grandes famílias, dos reinos, da guerra entre os estados. A crônica será relegada com um gênero literário menor que só ressurgirá nos anos setenta com a crise das grandes teorias da História. Segundo Bosi, a importância da memória oral é muito grande para se constituir a crônica do cotidiano e a história a que se refere a autora é a história de cada um, construída ao longo da vida, a partir do cotidiano que ela considera sempre relevante, pois, a toda hora somos capazes de recuperar aspectos do nosso passado, mas o relato primordial é o que pode ser feito a outras pessoas porque, desse modo, o que vivemos ganha uma dimensão social.

Ao falar da cidade, trás aspectos que não são apenas visuais. Para ela, os sons, os cheiros também despertam a memória e a memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações.¹⁹ Dentre as sugestões feitas pela autora sobre como trabalhar com História Oral destacamos, em primeiro lugar, a necessidade de se obter informações objetivas a respeito do assunto que irá falar o depoente, assim não estaremos

¹⁹ BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 72-73.

“metendo os pés pelas mãos” a respeito da história e da geografia das coisas que serão relatadas. Em seguida, devemos buscar uma aproximação pessoal aos contextos dos quais ele pertence, indo, se possível, à sua casa, e “sair com ele, caminhar ao seu lado nos lugares em que os episódios lembrados ocorreram”²⁰. É interessante também entabular uma conversa prévia que possa nos informar a respeito das preocupações do depoente, formando com ele laços de amizade porque assim nos colocamos na posição da pessoa que se interessa por ele e quer partilhar sua experiência.

Tudo tem que ser anotado e transcrito, o que é possível por meio da gravação que permite observar o que está por trás dos silêncios, das reticências. É importante lembrar que o relato não tem que ter precisão histórica, pois ele tem sua própria verdade, que é a da crença e da atitude. O dever do historiador é interpretá-lo, notar suas contradições, seus limites.

Tais orientações nortearam a pesquisa realizada pelos estudantes de sétimas e oitavas séries e isso ficou evidente ao apresentarem documentários referentes à Casa da Cultura, Oficina Cultural e Praça Tubal Vilela. Ao comentarem a experiência percebemos que é gratificante quando estendemos nosso trabalho para além da academia. Meninos e meninas vislumbraram aspectos da sua cidade natal que até então não valorizavam. Aspectos que vão sendo esquecidos à medida que a intervenção urbana modifica a paisagem por meio de demolições e da construção de novos prédios por aqueles que almejam uma cidade moderna.

Neste sentido, pretendo continuar investigando que políticas de educação patrimonial são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura e o impacto que têm produzido na comunidade escolar quando são implementadas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marco Antônio Ramos de Almeida. *O Centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*, São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistas*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, PP. 105-153.

ARANTES, Jerônimo. A Alta Mogiana. In: *Uberlândia Ilustrada: revista magazine* (14) 10-13, Uberlândia, Pavan, 1947

²⁰ Idem, p.60.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

GOULART, Maurício Guimarães. *Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. SALGUEIRO, Heliana Angoti (Org.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MONNET, Jérôme. *O Álbi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: *Revista Brasileira de História*, (53) jan.-jun., 2007.

RODRIGUES, Geisane Martins. *Viver as transformações no Fundinho: anseios de preservação e reconstrução de memórias (1980-2006)*. Monografia, Curso de Graduação em História, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.